

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR**  
***CAMPUS CACOAL***  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ABRAÃO MULLER BARROS GOMES**

**UM ESTUDO SOBRE A LEI 8.666/93 E SUA EVOLUÇÃO COM A**  
**MODALIDADE PREGÃO**

**Trabalho de Conclusão de Curso**  
**Artigo**

**Cacoal, RO**  
**2009**

**ABRAÃO MULLER BARROS GOMES**

**UM ESTUDO SOBRE A LEI 8.666/93 E SUA EVOLUÇÃO COM A  
MODALIDADE PREGÃO**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, *Campus* Cacoal, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Ms. Tiago H. S. Echternacht.

**Cacoal, RO  
2009**

# **UM ESTUDO SOBRE A LEI 8.666/93 E SUA EVOLUÇÃO COM A MODALIDADE PREGÃO**

**Por**

**ABRAÃO MULLER BARROS GOMES**

Artigo apresentado à Fundação Universidade  
Federal de Rondônia, Curso de Ciências  
Contábeis, para obtenção do grau de Bacharel  
em Ciências Contábeis, mediante a Banca  
Examinadora formada por:

---

Presidente

Prof. Ms. Tiago H. S. Echternacht – Orientador - UNIR

---

Membro

Prof. Ms. Wellington Silva Porto - UNIR

---

Membro

Prof. Ms. Estela Pitwak Rossoni – UNIR

**Cacoal, RO  
2009**

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu grande amigo Dr. Márcio Sugahara, pela contribuição significativa e sugestões que fizeram que este trabalho tivesse a riqueza de conteúdo. Dedico ainda pelas incansáveis horas que me auxiliou na confecção do presente Artigo Científico, na modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço as pessoas presentes nos dias de aprendizagem e lealdade, pois foram momentos de alegria e outros de dificuldade, em especial meus pais, Mauro Selço Gomes e Maria da Penha B. Gomes, que cuidaram e me fizeram um homem. E a uma pequena mocinha que me fez colocar a cabeça no lugar, Ana Carolina Gomes Trigueiro.

Aos muitos colegas entre eles Andréia Freitas , Eyres Karla, Leônidas Danúbio, Hely Bueno, Luiz Armando, Marcio Sugahara, Marco Enemoto, Darlene Haese e Huberlan Rodrigues que estiveram comigo nesse processo de busca pelo Ensino Superior, me tornando um Bacharelado em Ciências Contábeis. Entre os Professores que muito aprendi, tenho um respeito incondicional ao mestre Silas, pois me ensinou mais que contabilidade, me mostrou como a vida é grande.

Sobretudo ao nosso soberano Deus, que me fez perfeito e com uma mente abençoada, todos os dias agradeço por esta oportunidade de existir.

## UM ESTUDO SOBRE A LEI 8.666/93 E SUA EVOLUÇÃO COM A MODALIDADE PREGÃO

Abraão Muller Barros Gomes<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal estudar o processo licitatório na modalidade pregão, do qual foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela Medida Provisória nº 2.026, de 4 de maio de 2000, convertida, posteriormente, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Enfatiza-se os aspectos gerais da Administração Pública e posteriormente conceitua sobre licitação, com destaque para os dispositivos constitucionais que dão sustentação a toda a legislação produzida a respeito do tema; apresenta as modalidades dispostas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas peculiaridades; enuncia os critérios para escolha da modalidade de licitação a serem utilizados pelo gestor público; trata sobre os bens e serviços comuns, definidos pelo Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, que regulamentou o pregão; ressalta a inversão das fases de habilitação e propostas na modalidade pregão, como forma de celeridade e simplificação do procedimento. Para dar sustentação a este estudo como fins metodológicos utilizou-se uma pesquisa qualitativa descritiva, e pesquisa bibliográfica para as conclusões deste trabalho.

**Palavras-chave:** Administração Pública. Licitação. Pregão.

### INTRODUÇÃO

Assim como qualquer ente, os órgãos públicos são capazes de adquirir direitos e de assumir obrigações e ainda compram, vendem, produzem, constroem e etc. Eles realizam, por meio da execução e suas tarefas, que são os programas de trabalho, as mais variadas operações contábeis típicas. Algumas dessas operações costumam ocorrer no dia a dia como: compra de materiais, pagamento de pessoal e fornecedores, recebimento de recursos financeiros próprios (cobrança de impostos) e de terceiros (garantia de contratos), etc. Outras operações são menos conhecidas, tais como: inscrição de restos a pagar, cancelamento da dívida ativa, dotação da despesa orçamentária, emissão de empenho, etc. Para que a Administração realize a contratação com terceiros para realizar tais operações, a Administração pública está subordinada a Lei das Licitações.

A modalidade de licitação por meio do pregão foi introduzida no ordenamento jurídico pátrio pela Medida Provisória nº 2.026, cuja primeira versão foi editada em 4 de maio de 2000. Entretanto, seu texto sofreu algumas modificações ao longo do tempo, sendo convertida,

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Cacoal, sob a orientação Prof. Ms. Tiago Henrique S. Echternacht.

posteriormente, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Subsidiariamente, aplicam-se, para a modalidade pregão, as regras da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a qual institui normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública.

Como modalidade licitatória, o pregão é utilizado para a aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação. Entretanto, a disputa pelo fornecimento, seja de bens ou de serviços, é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, para a classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor valor, atendidas as especificações e as normas do edital. Essa modalidade veio somar às demais previstas na Lei nº 8.666/93: a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão. Diversamente dessas modalidades, o pregão pode ser aplicado a qualquer valor estimado de contratação, para bens e serviços comuns.

A idéia que motivou a legislação, no sentido de estabelecer uma competição mais acirrada pelo menor preço em licitações favorece a Administração Pública, os fornecedores e a sociedade, que tem como exercer maior controle sobre as contratações realizadas.

Modalidade paralela, a qual não será aprofundada neste estudo, em razão do foco do tema adotado, é o pregão eletrônico. Trata-se de um procedimento licitatório, regulamentado pelo Decreto nº 3.697, de 21 de dezembro de 2000, apenas para o âmbito federal, não se aplicando à regulamentação da matéria no âmbito dos Estados, Municípios e Distrito Federal.

Assim surge a seguinte questão da pesquisa:

Quais as etapas que as organizações públicas se submetem para participar do processo licitatório?

Desta forma o presente trabalho tem como objetivo geral demonstrar os aspectos gerais da Administração Pública utilizando dos conceito sobre licitação e, descrever a sistemática do pregão como modalidade licitatório de aquisição e serviços comuns.

São objetivos específicos, conceituar o pregão como modalidade de Licitação; evidenciar a importância do processo licitatório na modalidade pregão com as demais modalidades; identificar os principais procedimentos e características no edital do pregão presencial e eletrônico.

O pregão a apresentou como uma considerável economia financeira, além de ter agilizado em muito as efetivas contratações, na medida em que é um procedimento marcado por uma maior celeridade, ao ser iniciado com a fase de seleção da melhor proposta, para só então se analisar os

documentos da empresa potencial vencedora da licitação; ademais, seu prazo de publicidade (entre a publicação do aviso e a apresentação das propostas) é bem mais curto, se comparado àqueles previstos na Lei nº 8.666/93 para as modalidades concorrência e tomada de preços. Portanto a utilização do pregão para aquisição de bens e serviços comuns constitui uma faculdade posta à prudente escolha do administrador público.

O pregão se tornou exigência do Governo Federal, nos termos do Decreto 5.504, de 05 de agosto de 2005: “Estabelece a exigência de utilização do pregão, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União”. Anteriormente, pela Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, o Governo Federal já havia estendido o uso do Pregão para os Estados e os Municípios.

Esta recente modalidade veio dinamizar, agilizar e desburocratizar o processo de aquisição de bens e serviços comuns pela Administração Pública, o que representaria um avanço no instituto das licitações.

O presente trabalho tem como justificativa, por estar diretamente relacionado com o problema acima exposto, o qual é de grande importância para nosso Governo, para as empresas que buscam uma maior transparência no meio público, e por conseqüência para a sociedade de um modo geral.

Da utilização dos procedimentos metodológicos segundo Kaplan (1972, p. 25-26), “a metodologia tem por objetivo descrever e analisar os métodos”; sendo os métodos, ainda para este autor (*Idem, Ibidem*) “técnicas suficientemente gerais para se tornarem comuns a todas as ciências ou a uma parte significativa delas”.

Os métodos e as técnicas que serão empregados na pesquisa científica podem ser selecionados desde a proposição do problema, da formulação das hipóteses e da delimitação do universo ou da amostra. Nessa parte, tem-se uma idéia mais operacional deste estudo.

Conforme Marconi e Lakatos (1999, p. 32):

A seleção do instrumental metodológico está, portanto, diretamente relacionada com o problema a ser estudado; a escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação.

Em relação às técnicas de coleta de dados, este estudo apóia-se em fazer uma pesquisa



bibliográfica, analisando, o estudo da Lei de Licitação e sua aplicação na Administração Pública sobretudo na modalidade Pregão.

## **1. REFERENCIAL TEÓRICO**

Este capítulo foi dividido em duas seções onde foram abordados os principais conceitos e estudos relacionados a este Trabalho de Conclusão de Curso. Serão apresentados os conceitos de: Administração Pública, e posteriormente os procedimentos licitatórios.

### **1.1. Administração Pública**

A organização político-administrativa brasileira compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos com autonomia, de acordo com o art. 18 da Constituição Federal, por sua vez os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e suas respectivas leis orgânicas. (PISCITELLI *et.al*, 2006 p. 12).

A prestação de serviços públicos por meio do ato administrativo vem suprir os interesses coletivos cabendo a Administração Pública a gestão de recursos do fórum presente, podendo ser a União, os Estados membros, o Distrito Federal ou os Municípios, de forma benéfica aos seus administrados.

A Constituição Federal, no art. 37, *caput*, trata dos princípios inerentes à Administração Pública: “A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Hely Lopes Meirelles (2004, p.64), renomado jurista brasileiro, assim conceitua a Administração Pública:

Em sentido formal, a Administração Pública, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços do próprio Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade. Numa visão global, a Administração Pública é, pois, todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas.

Utilizando-se da conceituação do jurista brasileiro, pode-se afirmar que a Administração Pública é o conjunto de órgãos a serviço do Estado, que tem função de atender as necessidades da sociedade, dando início aos Princípios da Administração Pública.

A formação da Administração Pública é dividida em duas partes sendo elas a Direta e Indireta, utiliza-se para conhecimento que:

Administração Pública Direta: É aquela realizada diretamente pelo governo por meio da União, dos Estados Membros, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou seja, sua administração compete a qualquer Órgão dos poderes do Estado.

Administração Pública Indireta: Ocorre quando o Estado outorga a terceiros a realização de serviço público. A Constituição Federal de 1988 assim categoriza as entidades competentes pela Administração Pública Indireta:

- a) Autarquias;
- b) Empresas Públicas;
- c) Sociedades de Economia Mista;
- d) Fundações Públicas.

Antes de adentrarmos em princípios convém traçar um conceito arrazoado do seu significado, o professor Mello (2005, p. 537-538) assim define princípio:

[...] Princípio é por definição mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico [...].

O Princípio em seu conceito estipulado acima pelo Professor Mello(2005), é o verdadeiro alicerce de um sistema. A Administração Pública é regida pelos princípios da Carta Republicana de 1988. Para entender melhor suas regras serão apresentados, de forma sucinta, seus conceitos.

Princípio da Legalidade: A Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso II, assim o define: “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Desse conceito pode-se dizer que apenas por intermédio da Lei se tem o poder de criar novos direitos e novos deveres no campo jurídico, assim, o administrador público, obedecendo a esse princípio, só poderá prover direitos ou deveres quando amparado por uma Lei devidamente estabelecida.

Princípio da Impessoalidade: De acordo com Cretella Júnior (2002, p.5) “A Administração não pode estabelecer privilégios de tratamento entre os cidadãos, devendo tratar a todos no mesmo pé de igualdade”. Esse Princípio o qual se dirige a parte de execução da Administração Pública, deve ser sempre atribuídos de forma indiscriminatória, ou seja, num âmbito genérico, sem privilégios restritivos ao administrador e/ou administrado.

Princípio da Moralidade: Desse princípio Meirelles (2004, p.89) conceitua que “[...] E, ao atuar, não poderá desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o importuno, mas também entre o honesto e o desonesto. [...]” desta maneira o Administrador tem o dever, nos exercícios de suas funções executá-las com honestidade, pautado pela probidade administrativa independentemente do cargo em que responde.

Princípio da Publicidade: Meirelles (2004, p.93) em seu magistério leciona: “*Publicidade* é a divulgação oficial do ato para conhecimento público e início de seus efeitos externos. Daí por que as leis, atos e contratos administrativos que produzem consequências jurídicas fora dos órgãos que os emitem exigem publicidade para adquirirem validade universal, isto é, perante as partes e terceiros”. A Publicidade não é um ato formativo, é um requisito de transparência sendo requisito de moralidade e eficácia.

Princípio da Eficiência: Meirelles (2004, p. 96) “*O princípio da eficiência*, exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional.” Visando orientar a Administração Pública ao alcance do melhor resultado tendo em vista os escassos recursos a que se dispõe. Torna-se, então, não bastante cumprir apenas o Princípio da Legalidade, é, ainda, necessário a obtenção de resultados positivos, com qualidade no atendimento e balanços favoráveis.

Tendo a Administração Pública efeitos norteadores por intermédio dos princípios a cima, os quais dão alicerces à licitação pública, e por meio do mesmo faz a gestão da modalidade Pregão.

## **2. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

Para que se possa melhor entender o pregão, preliminarmente, é preciso apresentar-se o conceito de licitação. Em sua essência, a licitação é o procedimento pelo qual são escolhidos

aqueles que pretendem contratar com a Administração Pública. Por intermédio da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, o Governo Federal regulamentou o mandamento constitucional, ao estabelecer normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.

Para corroborar esse entendimento, Justen Filho (2002, p. 38) expressa o seguinte conceito:

Licitação significa um procedimento administrativo formal, realizado sob regime de direito público, prévia a uma contratação, pelo qual a Administração seleciona com quem contratar e define as condições de direito e de fato que regulamentarão essa relação jurídica futura.

Para Alcoforado (2000, p. 36), “licitação é um processo administrativo, isonômico, em decorrência do qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa para a contratação de uma obra, serviço, compra, alienação e locação.”. Em sentido similar, Rigolin e Bottino (1999, p. 21) assim se posicionam:

Licitação não é apenas um ato, mas todo um complexo procedimento administrativo através do qual a Administração elege, entre várias possíveis, a proposta mais vantajosa ao seu interesse que é sempre o interesse público com vista a algum contrato, em geral de aquisição, que pretenda celebrar.

Sobre a mesma matéria, Bittencourt (1998, p. 18) assinala:

Licitação é o procedimento administrativo pelo qual a Administração Pública, no exercício da sua função administrativa, abre aos interessados a possibilidade de apresentação de propostas, dentre as quais selecionará a mais vantajosa para a celebração de um contrato.

Em sua essência, a licitação designa o procedimento administrativo – sequência ordenada de atos, mediante o qual a Administração, quando interessada em firmar contrato com terceiros, seleciona a proposta mais vantajosa.

## **2.1. Princípios básicos**

Na realização do procedimento licitatório, também devem ser observados os princípios básicos, consagrados no art. 3º da Lei de Licitações e no art. 37 da Constituição Federal e na

doutrina, quais sejam: o da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, da adjudicação compulsória ao vencedor e do julgamento objetivo.

## 2.2. Tipos de licitação

Em todas as fases do procedimento licitatório, a definição do tipo produzirá reflexos, variando de acordo com aquele determinado, uma vez que consiste no principal instrumento que irá definir o critério de julgamento e fundamentar a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Os tipos de licitação constituem-se conforme a lei 8.666/93 em seus artigos 45 e 46, sendo assim conceituaremos para melhor entendimento, atribuindo exceção na modalidade concurso:

**a) Menor Preço:** O critério de menor preço é a regra, devendo ser aplicado em todas as licitações, salvo aquelas em que o fator intelectual e os aspectos técnicos sejam preponderantes em relação ao objeto. Ao se exigir que o objeto da licitação seja caracterizado por meio de sua descrição sucinta e clara, procurou-se proteger a Administração de adquirir produtos de menor preço, porém de qualidade inferior. Quanto à vedação de preferência de marca, um critério muito utilizado é o de indicar um marca qualquer, tida como padrão de qualidade e, a seguir, indicar que se aceitará qualquer outra marca que seja similar ou de qualidade superior. No entanto, deve-se ter o cuidado de, no edital, especificar os requisitos mínimos, para que o julgamento observe o caráter de objetividade (BRASIL, 1993, art. 45, § 32);

**b) Melhor Técnica:** O critério de melhor técnica consiste no julgamento aplicável nos casos em que os 8 fatores técnicos são relevantes para a escolha do vencedor. Este tipo de licitação será utilizado "exclusivamente para serviços de Natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral, elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos" (BRASIL, 1993, art. 46, *caput*, § 12).

**c) Técnica e Preço:** Consiste em procedimento similar ao da licitação de melhor técnica. Deve-se considerar, no entanto, que, na fase de julgamento das propostas de preços, será adotado critério diferente no qual se adotará a média ponderada, ou seja, será vencedor o licitante cuja proposta apresentar a melhor média, considerando as notas das propostas técnicas e de preços. O edital deverá estabelecer os critérios para atribuição das notas e para o cálculo da média

ponderada das valorizações das propostas técnicas e de preço (BRASIL, 1993, art. 46, § 22);

**d) Maior Lance ou Oferta:** Utilizada nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso bem como na modalidade pregão.

### **2.3. Modalidades Licitatórias**

De acordo com a legislação vigente (BRASIL, 1993, art. 22), são modalidades de licitação a Concorrência, a Tomada de Preços, o Convite, o Concurso e o Leilão.

Recentemente, por meio da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Governo Federal instituiu uma nova modalidade, denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O critério, geralmente adotado para se estabelecer a modalidade de licitação correta ocorre por meio da verificação do valor estimado do objeto a ser adquirido pelo Governo contratado, em função dos limites divulgados pelo Governo Federal e aplicáveis a todos os entes federados.

Dessa forma, as modalidades licitatórias atualmente previstas na legislação são as seguintes.

Consiste na modalidade superior, possível de ser aplicada em qualquer que seja valor do objeto licitado, tanto nas compras quanto na contratação de serviços, obras e serviços de engenharia e alienação de bens imóveis. Definida de acordo com a legislação, conforme a seguir (BRASIL, 1993, art. 22, § 12): “Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase, de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.”

Configura-se como uma espécie mais apropriada para os contratos de grande vulto ou grande valor, não se exigindo registro prévio ou cadastro dos interessados. Entretanto, é preciso que estes satisfaçam as condições prescritas no respectivo edital, que deve ser publicado com, no mínimo, trinta dias de intervalo entre a publicação e o recebimento das propostas. Em caso de ser adotado um certame de acordo com os tipos como técnica e preço ou melhor técnica, ou que contemple o regime de empreitada integral, esse intervalo mínimo é dilatado para quarenta e cinco dias.

Em face do princípio da igualdade, na modalidade Tomada de Preços, a Administração Pública somente poderá exigir do licitante não-cadastrado os documentos exigíveis por lei que

comproven habilitação compatível com o objeto da licitação, nos termos do edital. De acordo com a legislação, essa modalidade foi definida, conforme a seguir (BRASIL, 1993, art. 22, § 22): “Tomada de Preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem as condições para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observadas a necessária qualificação”.

Esse procedimento tem por finalidade tornar a licitação mais sumária e rápida, devendo observar-se um prazo de quinze dias, no mínimo, entre a publicação e a data fixada para o recebimento das propostas. Contudo, caso o certame seja julgado pelos critérios de melhor técnica ou de técnica e preço, o prazo será de, pelo menos, trinta dias, sendo a contagem feita da mesma forma que na concorrência.

O convite é, dentre todas as modalidades de licitação, o que apresenta procedimento mais simples, sendo adequado a pequenas contratações, cujo objeto não contenha maiores complexidades, ou seja, de pequeno valor. É a única modalidade que não exige publicação de edital, já que a convocação é feita por escrito, obedecendo a uma antecedência legal de cinco dias úteis, por meio da entrega do convite. Permite a participação de outros interessados, desde que cadastrados e haja manifestação nesse sentido, formalizada em até vinte e quatro horas antes da apresentação das propostas, visando à ampliação do número de licitantes. Em princípio, o convite deverá contar com, no mínimo, três licitantes qualificados, ou seja, em condições de contratar. No intuito de preservar essa característica de agilidade e economicidade, a Administração Pública deve procurar convidar sempre empresas devidamente cadastradas e com sua documentação regular (BRASIL, 1993).

A modalidade concurso é bem mais restrita, sendo utilizada somente para a seleção de trabalho técnico, científico ou artístico. Diferencia-se das outras modalidades, uma vez que a execução é anterior à data do certame, quando o trabalho artístico ou técnico já deve estar pronto e acabado para análise pela comissão de julgamento, de acordo com os critérios definidos no edital. É comumente utilizada na seleção de projetos, onde se busca a melhor técnica, e não o menor preço (BRASIL, 1993).

O concurso deve ser anunciado com ampla divulgação pela imprensa oficial e particular, através de edital a ser publicado com uma antecedência mínima de quarenta e cinco dias anteriores à realização do evento. A qualificação exigida dos participantes será estabelecida por um regulamento próprio do concurso, que conterá também as diretrizes e a forma de apresentação

do trabalho, bem como as condições de realização e os prêmios a serem concedidos.

O julgamento é feito por uma comissão especial, integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria, sejam ou não servidores públicos. Esse julgamento será realizado com base nos critérios fixados pelo regulamento do concurso. O pagamento do prêmio ou da remuneração é condicionado à cessão, por parte do autor do projeto, dos direitos a ele relativos, a fim de que a Administração Pública possa utilizá-lo de acordo com o prescrito no regulamento ou no ajuste para sua elaboração.

O leilão destina-se a selecionar a melhor proposta para alienação de bens ou direitos, nas hipóteses previstas em lei. Essa modalidade caracteriza-se pela possibilidade de apresentação de mais de uma proposta por parte de um mesmo interessado. O edital deve indicar o critério de julgamento, que é o de maior oferta de preço, desde que igual ou superior à avaliação, apresentando ainda as demais regras para a definição do vencedor (BRASIL, 1993).

Existem dois tipos de leilão: o comum e o administrativo. O primeiro é privativo do leiloeiro oficial, regido pela legislação federal pertinente, podendo a Administração Pública estabelecer as condições específicas; já o leilão administrativo é feito por servidor público. Antes da realização do leilão, devem-se observar os seguintes procedimentos, que deverão constar em edital:

- a) descrição dos bens, de modo a facilitar sua identificação;
- b) avaliação dos bens e o preço mínimo a ser ofertado;
- c) indicação do local, data e hora do leilão.

Para o leilão, não se exige qualquer tipo de habilitação prévia dos licitantes, tendo em vista que a venda é feita à vista ou em curto prazo. Entretanto, quando o pagamento não for feito todo à vista, admite-se o depósito da outra parte do preço, como garantia do evento.

## **2.4 Critério de escolha de Modalidade**

De acordo com o disposto na legislação em vigor, as modalidades de licitação serão determinadas em função de limites estabelecidos por lei, segundo o valor estimado para contratação, considerando:



MODALIDADE	PARA COMPRAS E OUTROS SERVIÇOS (R\$)	PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA (R\$)
Dispensa	Até 8.000,00	Até 15.000,00
Convite	De 8.000,01 até 80.000,00	De 15.000,01 até 150.000,00
Tomada de preços	De 80.000,01 até 650.000,00	De 150.000,01 até 1.500.000,00
Concorrência	Acima de 650.000,01	Acima de 1.500.000,00
Concurso	Não se aplica	Não se aplica
Leilão	Não se aplica	Não se aplica

**Quadro 1 – Limites legais para definição da Modalidade de Licitação. Fonte: (BRASIL, 1993).**

Cabe ressaltar que a modalidade superior terá sempre preponderância sobre a modalidade inferior, sendo certa, no entanto, a possibilidade de escolha da modalidade inferior em função do valor estimado para o objeto a ser contratado.

A lei nº 10.520/02, quanto ao limite para a definição da licitação na modalidade pregão aceita-se para compras e serviços comuns qualquer valor (R\$); e para obras e serviços de engenharia não se aplica.

A partir desse orçamento preliminar, em razão de que todo ajuste a ser celebrado exige prévia estimativa, a Administração definirá a modalidade de licitação a ser adotada. Contudo, deve levar em consideração as peculiaridades relativas à complexidade do objeto da contratação, devendo adotar, como regra, o critério de seleção mais econômico.

A Lei nº 8.666/93 preferiu discriminar os parâmetros, com base em dois grupos: a) obras e serviços de engenharia; b) compras e serviços. Para o primeiro grupo, a lei estimou valores mais elevados; para o segundo, valores menores.

Para se determinar a modalidade de licitação, torna-se indispensável, em primeira análise, a verificação da natureza (obras, serviços de engenharia, compras ou serviços), e, em segunda, o valor estimado da despesa. Após essas análises, encontrar-se-á a modalidade mais apropriada para o respectivo certame licitatório.

Convém esclarecer que as modalidades de licitação diferenciam-se entre si por variações de complexidades nas fases de divulgação, elaboração de propostas, habilitação e julgamento, em razão das peculiaridades relativas ao objeto da contratação. Diante disto, é possível realizar um procedimento licitatório cujo valor estimado seja diminuto, adotando-se uma modalidade

licitatória superior, em face da complexidade do objeto. Pode-se dessa forma, utilizar a tomada de preços quando couber convite; a concorrência quando couber convite ou tomada de preços; e o pregão para qualquer dessas modalidades.

### 3. PREGÃO

Consiste em modalidade de licitação instituída por lei federal específica que estabeleceu as normas gerais aplicáveis a todos os entes da Federação. É importante ressaltar, no entanto, que, para sua plena eficácia e aplicabilidade, cada ente deverá estabelecer em regulamentos específicos a definição quanto ao que pode ser considerado "bem e/ou serviço comum", pois as características de cada região podem estabelecer questões singulares, porém controversas, como, por exemplo: a aquisição de um pequeno barco por um Município da Região do Pantanal pode ser considerado um bem comum, o que não significa, todavia, que o seja num Município pertencente ao Estado de São Paulo. De acordo com a legislação, essa modalidade foi assim definida (art. 1 da Lei nº 10.520/2002): “Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta lei”.

Segundo Plácido e Silva, (*apud* Berloff, 2002, p. 23), a palavra pregão pode ser assim conceituada:

Do latim *praeconium*, de *praeconare* (apregoar, proclamar) entende-se a notícia ou a proclamação feita publicamente por oficial de justiça ou pelo porteiro dos auditórios forenses.

Propriamente, designa as palavras ditas em alta voz, para que se anuncie ou se proclame alguma notícia ou se faça algum aviso.

Assim, na linguagem forense, diz-se pregão:

a) O aviso dado pelo oficial de justiça, às partes, por ordem do juiz no início ou no correr das audiências públicas, em virtude do que se anuncia o começo da mesma audiência ou qualquer deliberação tomada pelo juiz para conhecimento dos interessados.

b) A proclamação, nas hastas públicas, em altas vozes, dos lances oferecidos para aquisição ou arrematação das coisas postas em licitação, ou venda por almoeda, isto é, a quem mais der.

A pessoa que faz o pregão é chamada pregoeiro, isto é, o que proclama ou anuncia em altas vozes.

Todavia, na lei, a palavra pregão não corresponde aos significados acima, mas sim à idéia de que alguém vai apregoar a aceitação de ofertas para uma determinada contratação.

O Pregão é a nova modalidade de licitação utilizada para adquirir bens e contratar a prestação de serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação. São

considerados como bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais de mercado. Excetua-se dessa modalidade as alienações em geral, as locações imobiliárias, as obras e serviços de engenharia.

A agilidade e a transparência são características inerentes ao Pregão. Pelo sistema, os representantes das empresas interessadas devem estar presentes à sessão pública e formular lances verbalmente, na presença dos demais concorrentes.

De acordo com Fernandes (2003, p. 419):

O pregão é uma nova modalidade de licitação e única e pode ser conceituado como o procedimento administrativo por meio do qual a administração pública, garantindo a isonomia, seleciona fornecedor ou prestador de serviço, visando a execução de objeto comum no mercado, permitindo aos licitantes, em sessão pública, reduzir o valor da proposta por meio de lances verbais de sucessivos.

Entretanto a crescente preocupação com o uso eficiente dos recursos públicos tem resultado em iniciativas voltadas para o controle das despesas com compras e contratações. Embora essas despesas representem uma parcela menor no orçamento relativamente às despesas com pessoal, o bom gerenciamento dos recursos aplicados em custeio constitui uma alternativa complementar para o aumento da eficiência na utilização dos gastos públicos e para melhorar o desempenho das organizações governamentais.

Justen Filho (2002) descreve o Pregão nos seguintes termos: O pregão é absolutamente peculiar, com duas características fundamentais. Uma consiste na inversão das fases de habilitação e julgamento. Outra é a possibilidade de renovação de lances por todos ou alguns dos licitantes, até chegar-se à proposta mais vantajosa. Em segundo lugar, o pregão comporta propostas por escrito, mas o desenvolvimento do certame envolve a formação de novas proposições (lances), sobre forma verbal (ou, mesmo, por via eletrônica). Em terceiro lugar, podem participar quaisquer pessoas, inclusive aqueles não inscritos em cadastro. Sob um certo ângulo, o pregão é uma modalidade muito similar ao leilão, apenas que não se destina a alienação de bens públicos e à obtenção da maior oferta possível. O pregão visa à aquisição de bens ou contratações de serviços comuns, pelo menor preço.

O pregão é o ambiente onde os operadores da bolsa de valores anunciam suas ofertas de compra e venda de ações. Na esfera administrativa, seu significado não é diferente, uma vez que

o pregão consiste na possibilidade de oferecimento de lances verbais durante o processo de contratação por parte da Administração Pública. O Pregão Tornou-se uma expressão muito conhecida no mercado financeiro.

### **3.1 Origem do Pregão como modalidade de licitação**

O Pregão como modalidade de licitação foi introduzida no ordenamento jurídico pátrio pela Medida Provisória nº 2.026, cuja primeira versão foi editada em 4 de maio de 2000. Entretanto, seu texto sofreu algumas modificações ao longo do tempo, sendo convertida, posteriormente, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Subsidiariamente, aplicam-se, para a modalidade pregão, as regras insculpidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a qual institui normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública.

A Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores trouxe inovações que geraram grandes dificuldades a todos quantos atuam na área de licitações e contratos, a exemplo da ampliação das formas de responsabilização dos servidores públicos e dos licitantes – sanções disciplinares e penais. Outra inovação foi a intenção de ampliar o controle, ao prever a participação popular, abrindo, inclusive, a possibilidade de qualquer cidadão denunciar irregularidades ou mesmo impugnar determinados procedimentos.

Essa lei procedeu a diversas alterações em relação à legislação anterior (Decreto-Lei nº 2.300/86), em busca da moralização dos procedimentos licitatórios e, em consequência, dos contratos em geral. A nova ordem jurídica tornou mais complexo um processo que, por natureza, é oneroso sob todos os pontos de vista, não só para o licitante, mas, principalmente, para a Administração Pública.

No sentido de buscar a modernização dos processos de compra e contratação e, principalmente, objetivando tornar mais célere o procedimento licitatório para a aquisição de bens e serviços simples (chamados bens e serviços comuns), o Governo Federal instituiu o pregão como nova modalidade licitatória, através da Medida Provisória nº 2.026/00. Esta foi reeditada sucessivamente, inclusive com modificações e novos números (2.108 e 2.182), sendo convertida, por fim, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. A nova legislação trouxe importante alteração, quando estendeu essa modalidade a todos os entes da Administração – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – uma vez que, inicialmente, tinha sua competência exclusiva no âmbito da União. Ou seja, no período de 5 de maio de 2000, data da publicação da Medida Provisória nº

2.026, a 17 de julho de 2002, data de sua conversão em lei, o pregão só podia ser aplicado na Administração Pública Federal. Ainda sob a forma de medida provisória, a nova norma foi regulamentada pelo Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, alterado pelos Decretos nº 3.693/00 e 3.784/01.

Essa nova modalidade, que é um aperfeiçoamento do regime de licitações para a Administração Pública, possibilita o incremento da competitividade e a ampliação das oportunidades de participação nas licitações, contribuindo para o esforço de redução de despesas, de acordo com as metas de ajuste fiscal. As regras do pregão também são inovadoras e simples, como a inversão das fases de habilitação e classificação das propostas.

O aperfeiçoamento da legislação sobre licitações, com o estabelecimento dessa nova modalidade, decorreu de ação prevista no Programa de Redução de Custos, integrante do Plano Plurianual 2000-2003 – época do seu nascimento. O referido programa implementou um conjunto articulado de medidas voltadas para a modernização dos processos de compra e contratação, a introdução de controles gerenciais de custo e a aplicação de tecnologias da informática nas licitações, bem como para o cumprimento das metas de redução de custos da Administração Pública. A idéia que motivou a legislação, no sentido de estabelecer uma competição mais acirrada pelo menor preço em licitações favorece a Administração Pública, os fornecedores e a sociedade, que tem como exercer maior controle sobre as contratações realizadas.

O pregão desenvolve propostas inicialmente secretas seguidas de lances, é um leilão reverso. O mecanismo de leilão desenvolveu-se em alguns mercados específicos, como no de certas commodities agrícolas e, notadamente, no de arte.

### **3.2. Pregão eletrônico**

O uso das tecnologias de informação e comunicação vem promovendo avanços significativos na gestão da informação pelo serviço público, reduzindo custos, aperfeiçoando processos, prestando serviços e informações de melhor qualidade, promovendo a transparência das ações governamentais. Os diversos sistemas do Governo Federal, que funcionavam isoladamente, passam a trabalhar de forma integrada, delineando uma nova forma de governo-rede, agregando benefícios como maior confiabilidade das informações e redução de custos.

O pregão eletrônico é um procedimento licitatório, regulamentado pelo Decreto nº 3.697,

de 21 de dezembro de 2000, apenas para o âmbito federal, não se aplicando à regulamentação da matéria no âmbito dos Estados, Municípios e Distrito Federal.

Portanto utilizando esse procedimento, o fornecedor faz o encaminhamento de sua proposta de preços por intermédio da internet, no horário previsto em edital para a abertura da sessão. Além disso, toma conhecimento das demais propostas de preço e tem oportunidade de participar da etapa competitiva, oferecendo sucessivos lances de menor valor por meio do sistema Pregão Eletrônico disponível no site governamental <http://www.comprasnet.gov.br>.

Com o pregão eletrônico, é possível a participação de fornecedores de qualquer ponto do país, eliminando a necessidade de deslocamento de representantes das empresas concorrentes. Esse modelo possibilita a realização simultânea de vários pregões, bem como a participação concomitante dos fornecedores.

Portanto além de todas as facilidades que o sistema do Pregão eletrônico está propiciando ao fornecedor, tornou-se um canal de comunicação entre governo e fornecedores. Por meio de mala direta ou e-mail, os fornecedores podem receber informações sobre licitação, enviadas de acordo com a linha de fornecimento na qual ele é cadastrado.

Florencia Ferrer, doutora em sociologia econômica pela USP e consultora na área de governo eletrônico, defende vigorosamente as compras pela Internet, realizadas hoje pela Bolsa Eletrônica de Compras (BEC). Na Sabesp, o pregão eletrônico já está em funcionamento desde o final de 2003. A empresa realizou mais de vinte pregões pela Internet, seguindo regulamento próprio (PALMIERI, 2000).

### **3.3. Fases e características do Pregão**

O Pregão é constituído de três fases (BRASIL, 1993):

Fase Preparatória: a autoridade competente justifica a necessidade da contratação, define prazos para fornecimento e designa o pregoeiro e a equipe de apoio. Fase Externa: os interessados são convocados para a definição do dia e horário desta modalidade. Fase Competitiva: realiza-se o Pregão. Nele invertem-se as etapas usuais da licitação, definindo primeiro a melhor proposta para, depois, cuidar de toda a parte burocrática da licitação.

Desse modo, a participação dos fornecedores torna-se fácil e mais rápida. Portanto esses fatores, aliados à diminuição de aspectos burocráticos relativos à habilitação, foram fundamentais

para o êxito do novo modelo. Assim, cabe à unidade licitadora, em cada caso e em face do vulto ou das peculiaridades do objeto e/ou contratação, verificar e exigir, dentre os documentos de habilitação requeridos, apenas aqueles necessários para que a licitante possa cumprir as obrigações do contrato. Admite-se, também, no curso da sessão pública de pregão, a apresentação ou substituição, pelo licitante, de quaisquer documentos exigidos para a habilitação, e não apenas daqueles que podem ser obtidos por meio eletrônico, por uma questão de coerência e em perfeita afinidade com os princípios que regem essa modalidade.

Em processos comuns efetuados por tomada de preços ou concorrência, a escolha do vencedor chega a demorar até 120 dias, enquanto no pregão isso ocorre no mesmo dia. Se nenhuma empresa participante entrar com recurso, num prazo de dez dias o resultado sairá publicado no Diário Oficial. Caso haja contestação, o processo licitatório levará em média 15 dias. As micros e pequenas empresas têm sido as maiores beneficiadas com a implantação do pregão.

Os interessados são convocados por meio de publicação de edital, com antecedência mínima de oito dias úteis, no Diário Oficial do Estado, dependendo do valor da licitação, também em jornal de grande circulação, cabendo ao pregoeiro negociar diretamente com o proponente autor da menor oferta, para obter o melhor preço.

O pregão é processado por pregoeiro e equipe de apoio que o auxilia na condução dos trabalhos. O acesso livre e direto às licitações nessa nova modalidade conduz a benefícios para todos os envolvidos no processo: para a sociedade, a ampla transparência; para o fornecedor, o amplo acesso à disputa; e para o Estado, a celeridade no processo de compra, a redução de preços, de custos processuais e de tempo de duração do certame.

Os resultados obtidos, divulgados no sítio do pregão, mostram que mesmo após as várias rodadas de lances e a obtenção da melhor oferta, os pregoeiros – servidores públicos devidamente capacitados para esta função – costumam negociar intensamente com o fornecedor a fim de reduzir ainda mais o valor alcançado.

Os parâmetros que servem de base para os cálculos são os seguintes<sup>2</sup>:

---

<sup>2</sup> Núcleo de Custos da Fundap - Desenvolvendo uma pesquisa para identificar as principais operações e tarefas realizadas nos processos licitatórios estabelecidos pela Lei Federal n. 8.666/93 (tomada de preços e concorrência pública) e os relativos ao Pregão, objetivando calcular os diferentes custos processuais entre essas modalidades de compra.

- a) **Valor Referencial:** é um valor indicativo da despesa a ser efetuada, estabelecido para efeito de reserva orçamentária e utilizado para a abertura da licitação, qualquer que seja a modalidade, ou seja, é o valor máximo que a administração se propõe a pagar para adquirir determinados bens ou serviços comuns. No caso do PREGÃO, o valor referencial dá ao pregoeiro um critério eficaz para amparar a negociação e, especialmente, para justificar a decisão quanto à compatibilidade e aceitabilidade do menor preço ofertado, em relação àquele do mercado. Os preços unitários referenciais são obtidos por meio de (1) pesquisa de mercado realizada diretamente e sob a responsabilidade da unidade compradora e (2) de parâmetros referenciais de preços de serviços, disponibilizados pela Casa Civil.
- b) **Valor da Proposta** (menor preço): é o preço unitário e total, por item da licitação, apresentado pelos fornecedores credenciados, em envelope próprio, denominado “Proposta”. Serão selecionados para participar da disputa, em sessão pública, para dar lances verbais, o fornecedor que apresentou o menor preço e aqueles que apresentaram preços até no máximo 10% superiores ao menor preço. Se não houver pelo menos três propostas com preços nessa condição, serão selecionadas aquelas (até o máximo de três) que apresentarem os menores preços.
- c) **Valor do Menor Lance:** é o menor preço unitário ofertado por um dos licitantes – e, portanto caracterizado como a melhor oferta ao final da rodada de lances que antecede a fase de negociação.
- d) **Valor Negociado:** é o valor do fechamento do negócio, e resulta de um intenso processo de negociação entre o pregoeiro e o licitante que apresentou o menor preço unitário (menor lance). O objetivo dessa negociação consiste em obter a maior redução possível no preço unitário ofertado pelo licitante.

O pregão só é empregado para a aquisição de bens e serviços considerados comuns, ou seja, aqueles cujos padrões podem ser definidos por meio de especificações usuais de mercado. É a modalidade de licitação mais utilizada hoje, suas características segundo Fernandes (2003, p. 419) são:



Limitação do uso a compras e serviços comuns; b) possibilidade de o licitante reduzir verbalmente o valor da proposta durante a sessão; c) inversão das fases de julgamento da habilitação e da proposta; d) redução dos recursos a apenas um, que deve ser apresentado no final do certame.

Diversamente das outras modalidades de licitação em que as propostas são apresentadas por meio de documentos escritos, no pregão os participantes podem oferecer verbalmente as propostas no dia da sessão pública designada para escolha do vencedor do certame.

Outro ponto de grande relevância é a presença dos lances que são hipóteses distintas das propostas. Essa diz respeito à oferta a ser apresentada pelo interessado enquanto aquela se refere às ofertas sucessivas e progressivas, na medida em que é apresentada uma após a outra e, além disso, os valores são dispostos em ordem progressivamente decrescente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O aspecto mais importante a ser apreciado na nova legislação do pregão, desde o seu nascimento, através da edição da Medida Provisória nº 2.026/00, é a inversão do procedimento licitatório com a análise prévia das propostas. Assim, após julgadas e classificadas as propostas, o exame dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor corresponde a um anseio geral de todos quantos propugnam por um procedimento licitatório mais simples, mais rápido e mais eficiente.

Como é cedido, para alienar, adquirir ou locar bens, realizar obras ou serviços, fazer concessões, permissões de obra, serviço ou de uso exclusivo de bem público, a Administração Pública deve obedecer a um procedimento constitucionalmente estabelecido, que é a licitação. Através de tal procedimento administrativo, o ente público convoca os interessados para apresentar suas propostas, com o escopo de selecionar aquela que se mostrar mais conveniente em função de parâmetros previamente divulgados.

Em razão desses parâmetros, é que se estabelecem as modalidades de licitação, representando as mais diferentes espécies de certame para que, afinal, estabeleça-se o contrato com a Administração Pública.

A Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre licitações e contratos públicos, prescreve as

modalidades existentes em nosso ordenamento, que são a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão. Os ditames legais sugerem requisitos prévios para que se defina qual a modalidade a ser aplicada no certame licitatório. Nesse sentido, é preciso levar em consideração fatores como qualidade, rendimento, preço, técnica a ser empregada, prazo previsto, entre outros. Esses requisitos, seja de forma conjugada ou isoladamente, determinarão as empresas habilitadas ou aptas a contratar com a Administração Pública.

A Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, criou uma nova modalidade de licitação, o pregão, objeto de estudo deste Trabalho de Conclusão de Curso em forma de Artigo Científico. A lei trouxe inovações que causaram, de um lado, boa acolhida, mas também muita polêmica e preocupação. Traz como grande novidade a inversão das fases de habilitação e julgamento, propiciando uma maior rapidez e eficiência ao certame. Em contrapartida, provocou alguma preocupação, na medida em que inverte a hierarquia normativa, bem como contraria, em alguns aspectos, os princípios da legalidade, do devido processo legal e da ampla defesa.

O pregão muito se assemelha ao leilão. Entretanto, todo o procedimento é marcado por uma redução significativa da burocracia, resultando na melhor aplicação dos recursos públicos e na aceleração do processo de compras e contratações. Registre-se, além disso, a economia para os participantes ao elaborarem suas propostas.

A estrutura procedimental do pregão é absolutamente peculiar, com duas características fundamentais: a primeira consiste na inversão das fases de habilitação e julgamento, a segunda está na possibilidade de renovação de lances por todos ou alguns dos licitantes, até chegar-se à proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Luis Carlos. **Licitação e contrato administrativo**: comentários à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. 2. ed. Brasília Jurídica, 2000.

BERLOFFA, Ricardo Ribas da Costa. **A nova modalidade de licitação**: pregão. Porto Alegre: Síntese, 2002.

BITTENCOURT, Sidney. **Curso básico em licitação**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

BRASIL. *Constituição 1988*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto 3555, 08 de agosto de 2000. Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 09 de agosto de 2000. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 08 de dez. 2009.

BRASIL. Decreto 3693, 20 de dezembro de 2000. Dá nova redação a dispositivos do Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços, aprovado pelo [Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000](#). Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 de dezembro de 2000. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 08 de dez. 2009.

BRASIL. Decreto 3697, 21 de dezembro de 2000. Regulamenta o parágrafo único do art. 2º da Medida Provisória nº 2.026-7, de 23 de novembro de 2000, que trata do pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 de dezembro de 2000. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 08 de dez. 2009.

BRASIL. Decreto 3784, 06 de abril de 2001. Promove a inclusão de itens de bens de consumo e de serviços comuns na classificação a que se refere o [Anexo II do Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000](#). Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 07 de abril de 2001. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 08 de dez. 2009.

BRASIL. Decreto 5504, 05 de agosto de 2005. Estabelece a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 06 de ago. de 2005. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 08 de dez. 2009.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá

outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 de nov. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 jul. 2002. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 de nov. 2009.

FERNANDES, Ciro Campos Christo. **Sistema de registro de preços e pregão**. Belo Horizonte: Fórum, 2003.

JÚNIOR, José Cretella. **Curso de Direito Administrativo**. Ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro, Ed. Forense, 2002.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 9. ed. São Paulo: Dialética, 2002.

KAPLAN, Abraham. **A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento**. São Paulo: Herder, 1972.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 7 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**, 29º Ed. São Paulo – 2004.

FUNDAP. Núcleo de Custos da Fundap: **PREGÃO: Uma nova modalidade de Licitação**. Jun.2006.Disponívelem<<http://www.relogiodaeconomia.sp.gov.br/anexos/PREG%C3%83O%20-%20Rel%C3%B3gio%20vers%C3%A3o%2026-09-06.pdf>> Acesso em: 20 de nov. 2009.

PALMIERI, Marcelo Rodrigues. **O pregão: aspectos práticos**. Jus Navigandi, Teresina, a.4, n. 43, jul. 2000. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=424>>. Acesso em: 20 de nov. 2009.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio...[ *et al*]. **Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública**. – 9 ed. ver., atualizada até janeiro de 2006 – São Paulo: Atlas, 2006.

RIGOLIN, Ivan Barbosa; BOTTINO, Marco Tullio. **Manual prático das licitações: Lei nº 8.666/93**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.